

# País teve 5 moratórias

O Brasil já declarou cinco vezes a moratória. A primeira foi durante o Governo Prudente de Moraes, quando o Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, negocia com os credores externos o primeiro funding loan, acordo pelo qual o país adia o pagamento de juros e amortizações. A segunda moratória é declarada em 1914, quando, com o início da I Guerra Mundial, o Brasil encontra dificuldades em obter empréstimos a longo prazo.

Durante o período de Getúlio Vargas, o Brasil suspende mais quatro vezes os seus pagamentos ao exterior. A primeira vez ocorre em 1931/32, seguida de outro acordo em 1934. De 1937 a 1940, o país não envia um único centavo aos seus credores. Os pagamentos são retomados em março de 1940 e, em 1943, um acordo definitivo regula a dívida externa. Depois disso, o Brasil renegocia mais três vezes parte da dívida: em 1963, no Governo João Goulart, em 1964, no Governo Castello Branco, e em dezembro de 1982.

1822 — Logo após a declaração da Independência por D. Pedro I, o emissário inglês Sir Charles Stewart vem ao Brasil para negociar o tratado finalmente assinado em 1825, pelo qual o Brasil reconhece a sua dívida e se dispõe a pagar 2 milhões de libras esterlinas, dos quais 600 mil libras eram dívidas de Portugal com a Inglaterra que o Brasil assumiu ao declarar a Independência.

1831 — Neste ano, durante a Regência, uma grande discussão sobre se o Brasil deve ou não declarar moratória é travada na Câmara. Neste período, o Brasil deixa de pagar as amortizações, mas não atrasa o pagamento de juros. A moratória acaba não sendo declarada.

1898 — A queda da receita com exportações e a grande dívida externa levam o país a assinar um acordo com seus credores externos — o chamado Funding Loan de 15 de junho, firmado por Prudente de Moraes com a anuência do futuro presidente Campos Sales. Trata-se da primeira moratória do Brasil. O Funding Loan, negociado pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, consistia numa consolidação da dívida: antigos empréstimos e respectivos juros seriam pagos com novos empréstimos a juros elevados. Pouco depois, ficam suspensas as amortizações do Funding Loan e todos os empréstimos incluídos na consolidação, até 1º de julho de 1911. Os banqueiros assumem em troca o controle da economia do país: as rendas de todas as alfândegas são hipotecadas aos credores, o Governo federal fica proibido de tomar novos compromissos externos ou internos.

1914 — Com o início da I Guerra Mundial, o Brasil encontra dificuldades em obter empréstimos a longo prazo. O segundo Funding Loan é contratado a 19 de outubro. O país recebe 14,5 milhões de libras para pagar os juros de empréstimos vencidos ou a vencer até 1917. Ficam ainda suspensas as amortizações de todos os empréstimos, à exceção do próprio funding, por um período de 13 anos.

1931/32 — Em agosto de 1931, o país suspende o pagamento de amortizações de alguns empréstimos. Em setembro, iniciam-se as negociações para o terceiro acordo de consolidação da dívida brasileira, lideradas por José Maria Whitaker, Ministro da Fazenda de Getúlio Vargas. Depois de vencidas dificuldades iniciais resultantes de imposições por parte dos credores, o acordo é assinado em 1932, e o país emite títulos no montante de 18,4 milhões de libras para pagar juros vencidos. Este foi o último acordo pelo qual se pagaram juros vencidos com novos títulos de dívida rendendo juros.

1934 — Esquema Osvaldo Aranha: estabelece as bases para o pagamento da dívida externa. Osvaldo Aranha, Ministro da Fazenda, realiza um acordo de pagamento de parte das amortizações e parte dos juros. Os credores aceitam uma perda de juros reais. De um serviço da dívida total de 24 milhões de libras, só são pagos, efetivamente, oito milhões de libras.

1937/40 — Neste período, o Brasil suspende todos os pagamentos ao exterior. Só em julho de 1939 o Brasil abre entendimentos para reativar os pagamentos. A entrada de capitais particulares permite a retomada dos pagamentos a partir de março de 1940.

1943 — Um acordo definitivo, negociado por Souza Costa, Ministro da Fazenda, liquida parte da dívida abaixo do seu valor nominal. O Governo Federal assume a dívida dos Estados e Municípios contra a redução do principal da dívida.

Na década de 50, ocorrem alguns casos de atrasados comerciais com as dificuldades decorrentes da Guerra da Coreia.

1963 — Renegociação formal de parte da dívida. Ministro da Fazenda do Governo João Goulart é San Tiago Dantas.

1964 — Ampla renegociação da dívida em troca de condições impostas à política econômica brasileira, como o acordo de compra das concessionárias de serviços públicos que forneciam eletricidade ao Rio, Minas e São Paulo.

1982 — Em 20 de dezembro, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvão, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, expõem aos bancos credores do Brasil o plano de renegociação das amortizações de 1983.

# MINE

## IRO

IBLIOTECA  
BRASIL  
ACIONAL

Reg. e

1.359.781 D

5/5/2012

50 gr.  
177/19. and Tel: (021) 224-1970

## NANCEIRO

### al financiacia

### 21% ao mês

segundo o diretor de uma  
o Banco Central financiou  
s de algumas instituições  
mês, no final de semana, o  
1% ao mês. Este "castigo"  
ado porque as instituições  
amento na parte da manhã,  
cair. "Como se arriscam, o  
preço caro para deixarem  
or.

fez alguns financiamentos  
o que representa 11,85% ao  
do mercado variaram entre  
LTNs e ORTNs.

os negócios. "Como não há  
ros, se vão continuar altas  
de aumentar a quantidade  
instituições", explicou o  
a de médio porte. O diretor  
eno porte acredita que "as  
a semana", porque a taxa  
7 dias do mês está em torno

oi com vencimento em abril  
a 101,4% e 101,5% do valor  
mpria e venda. O volume de  
Cr\$ 5,4 trilhões, segundo a

## Interbancário

O mercado interbancário de  
câmbio para contratos prontos foi  
procurado, com volume fraco de  
negócios realizados com a taxa de  
venda, Cr\$ 434,45, para cheques  
e telegramas. O bancário futuro  
ambém foi procurado, e com volu-  
me fraco de negócios feitos com  
taxas de Cr\$ 434,45 mais 5,7% e  
5%, ao mês, para contratos de 30  
e 180 dias.

## Câmbio

Dez	299 1/4	- 3 3/4	54
Mar	306 3/4	- 4 1/2	11
Mai	313 3/4	- 4	2

5 mil bushel/contrato; centes de US\$  
shel

### ÓLEO DE SOJA (Chicago)

Mai	18,62	- 0,05	14
Jul	19,00	- 0,07	20
Ago	19,18	- 0,09	
Set	19,39	- 0,08	
Out	19,57	- 0,08	
Dez	19,95	- 0,09	

60 mil libras/contrato; cents US\$/lib

### SOJA (Chicago)

Mai	624 1/4	- 4 1/2	2
Jul	639	- 6 1/4	4
Ago	644 1/4	- 7 1/4	
Set	650	- 8 1/2	
Nov	661 3/4	- 8 1/4	2
Jan	675	- 8	

5 mil bushel/contrato; centes de US\$/b

### TRIGO (Chicago)

Mai	349	- 1 1/4	1
Jul	359 1/2	- 2 1/2	2
Set	370 1/2	- 2 1/2	
Dez	385	- 2 1/4	
Mar	397 1/4	- 2 1/4	
Mai	402 3/4	- 3 1/4	

5 mil bushel/contrato; centes de US\$/b

### AÇÚCAR

Londres — Librat/t métrica		
Mês	Abertura	Fecha
Mai	116,65	1
Ago	126,30	1
Out	134,40	1
Dez	140,50	1
Mar	149,00	1
Mai	152,35	1

### CACAU

Mai	1.215
Jul	1.239
Set	1.253
Dez	1.280
Mar	1.302
Mai	1.322

### CAFÉ

Mai	1.812
Jul	1.624
Set	1.554
Nov	1.522
Jan	1.486
Mar	1.455

## Metais

Cotações dos Metais em Londres, o

<b>Alumínio</b>	
à vista	879,0
três meses	904,5
<b>Chumbo</b>	
à vista	292,50
três meses	303,50
<b>-cobre (Cathodes)</b>	
à vista	1.042

Venda      Repasse      Cobertura